



Autos: 0900013-88.2020.8.12.0025

Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa - Obrigação de Fazer / Não Fazer

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: Alvaro Nackle Urt

Vistos.

O **Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul** ajuizou a presente **ação de improbidade administrativa** contra **Álvaro Nackle Urt**, Prefeito do Município de Bandeirantes, alegando, em síntese, que foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2019.00000772-3 com a finalidade de apurar possível violação ao princípio da impessoalidade pelo prefeito municipal de Bandeirantes na divulgação de atos deste município.

Aduz a inicial que o réu faz utilização indevida de publicidade no "site" e página do "Facebook" da prefeitura para se autopromover na publicidade institucional de atos oficiais do município de Bandeirantes. O presentante do Ministério Pública afirma que expediu a Recomendação nº 0012/2019/PJ/BND a fim de advertir o prefeito para que se abstinhasse de promover a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos em desconformidade com a legislação brasileira, violando o princípio da impessoalidade, e concedeu prazo para providências. Entretanto, o réu manteve-se inerte e continuou a fazer promoção pessoal. Narra, ainda, que a recomendação foi publicada no site do Município de Bandeirantes, o que comprova a ciência inequívoca do réu quanto ao seu teor.

Assim, em resumo, aduz que o réu utiliza-se das ações promovidas pelo município de Bandeirantes para enaltecer sua imagem.

À vista disso, requer a tutela provisória para determinar a remoção das fotos e dos conteúdos da rede social pessoal do prefeito municipal, bem como das páginas de comunicação oficial da prefeitura municipal de Bandeirantes em que o agente político aparece em nítida violação ao princípio da impessoalidade, especialmente em tempos de calamidade pública oficialmente declarada em todas as esferas da federação brasileira decorrente da pandemia da COVID-19, o que torna a conduta do réu ainda mais reprovável e ilegal, com arbitramento de multa diária (astreintes), no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada dia de descumprimento, a incidir pessoalmente sobre o réu; bem como, seja decretada a indisponibilidade de bens no valor correspondente a, no mínimo, 5 (cinco) remunerações do réu (5 x R\$ 14.835,00 = R\$ 74.175,00), a fim de garantir futuro pagamento de multa que, segundo o inciso III do art. 12 da Lei nº 8.429/92, é de até



100 (cem) vezes o valor da remuneração do agente público ímprobo.

Ao final, formula pedido de condenação do réu pela prática de atos de improbidade administrativa que violaram os princípios da administração pública, incorrendo nas condutas tipificadas no art. 11, caput e inc. I, da Lei nº 8.429/92, impondo-lhe as sanções do art. 12, inc. III, do mesmo códex, notadamente, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

A petição inicial veio acompanhada dos documentos indispensáveis (CPC, art. 320).

É o relatório. **Decido.**

1) Inicialmente, passo à análise do pedido de tutela para remoção do ilícito.

Cabe anotar que o cerne da questão, posta em juízo, consubstancia-se na utilização de atos oficiais visando a promoção pessoal do atual Prefeito do Município de Bandeirantes.

Com efeito, pretende o Ministério Público, além da indisponibilidade de bens, que seja determinada a remoção das fotos e conteúdos da rede social pessoal do prefeito municipal, bem como das páginas de comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Bandeirantes em que o agente político aparece em nítida violação ao princípio da impessoalidade, realizando promoção pessoal de sua gestão.

Sobre o tema, dispõe o art. 37, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.

Acerca do princípio da impessoalidade, explica José dos Santos Carvalho Filho:

"Impessoal é aquilo que não pertence a uma pessoa em especial, ou seja, aquilo que não pode ser voltado especificamente a determinadas pessoas. (...) para que haja verdadeira impessoalidade, deve a Administração voltar-se exclusivamente ao interesse público, e não para o privado, vendando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns



indivíduos em detrimento de outros. (...) Aqui, reflete a aplicação do conhecido princípio da finalidade, sempre estampado na obra dos tratadistas da matéria, segundo o qual o alvo a ser alcançado pela Administração é somente o interesse público, e não se alcança o interesse público se for perseguido o interesse particular (...)"<sup>1</sup>.

Na linha do mesmo autor, vale mencionar que a publicidade de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos tem por objetivo educar, informar e orientar, sendo vedado às autoridades que se valham do sistema de divulgação de atos e fatos para promoção pessoal, muito embora seja comum o referido desvio, numa demonstração de egocentrismo incompatível com o regime democrático.

Além do princípio da impessoalidade, a promoção pessoal em obras públicas, serviços públicos ou qualquer atividade de publicidade às custas do erário, viola o princípio da moralidade.

No caso dos autos, ao menos em análise sumária, verifico que o réu vem utilizando-se das ações municipais para enaltecer sua gestão, conforme documentos de p. 62-75 e 102-109.

Portanto, ao menos em cognição sumária, conclui-se que houve a promoção pessoal através das publicações feitas no sítio eletrônico do Município de Bandeirantes, bem como na página pessoal do réu no "facebook", merecendo deferimento o pedido liminar formulado pelo Ministério Público.

Nesse sentido, registre-se entendimento do E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LIMINAR DETERMINANDO QUE PREFEITO SE ABSTENHA DE USO OU INSERÇÃO DE SÍMBOLOS QUE REMETAM À PESSOA DO ADMINISTRADOR MUNICIPAL – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DEMONSTRADO PELA PARTE CONTRÁRIA, POR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR USO IMPRÓPRIO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJMS. Agravo de Instrumento n. 1407190-29.2017.8.12.0000, Aparecida do Taboado, 3ª

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO. José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25, ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 20-21.



Câmara Cível, Relator (a): Des. Nélio Stábile, j: 12/09/2017, p: 13/09/2017).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATOS DE IMPROBIDADE ATENTATÓRIOS AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INTRODUÇÃO DE SÍMBOLO PELO AGENTE PÚBLICO NÃO PREVISTO EM LEI E COM PROPÓSITO DE IDENTIFICAR AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS À PESSOA - OFENSA A PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE - ART. 11 DA LEI 8.429/92 C/C ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SANÇÃO APLICADA COM PARCIMÔNIA - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE - RECURSOS IMPROVIDOS. Ofende princípios da legalidade e impessoalidade a criação de símbolo, e sua afixação em bens públicos, com propósito de criar liame entre a pessoa do administrador e a gestão administrativa. A aplicação das sanções contidas na Lei de Improbidade Administrativa, conquanto haja, como regra geral, a aplicação cumulativa, cabe ao julgador, em estrita observância ao princípio da proporcionalidade, extirpar as que se apresentam exageradas, excessivas, quando se leva em conta o ato, elemento subjetivo, a intensidade do elemento volitivo, as peculiaridades do sujeito passivo, conjuntura do momento da prática, a dimensão dos danos causados e o reflexo gerado no organismo social. (TJMS. Apelação n. 0200047-43.2011.8.12.0018, Paranaíba, 5ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, j: 19/09/2013, p: 15/05/2014).

Portanto, em análise perfunctória do caso, consoante razões explicitadas, resta demonstrada o "fumus boni iuris" em face da possível violação aos princípio da impessoalidade e moralidade, diante da promoção pessoal do agente em ações públicas.

De outro turno, o "periculum in mora", em causas deste jaez é presumido, haja vista a relevância do bem jurídico a ser protegido. Seja como for, a demora do trâmite processual, caso não deferida a medida liminar, fará com o que o réu continue se beneficiando da prática dos atos supostamente ilícitos.

Posto isso, **defiro** o pleito ministerial e com esteio no art. 7º, *caput*,



da Lei 8.492/92, **determino que o réu, às suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a remoção das fotos e conteúdos da sua rede social pessoal mencionadas na exordial de fls. 1-34, em que ele, enquanto agente político, aparece em nítida violação ao princípio da impessoalidade, realizando promoção pessoal de sua gestão em total violação a ideia de publicidade institucional, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), assim como determino a expedição de ofício para a comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Bandeirantes remover as fotos e conteúdos mencionados na exordial de fls. 1-34 que estejam no site do órgão público no prazo de 5 (cinco) dias.**

2) Ademais, o pedido de indisponibilidade de bens merece acolhimento.

Com efeito, a ação civil pública por ato de improbidade administrativa tem o condão de buscar aplicação de sanção em face dos agentes públicos, e equiparados, que cometerem atos que denotem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação aos princípios da administração pública.

E, por representar importante instrumento de combate aos atos que, por ventura, desvirtuem os princípios basilares da boa gestão administrativa, afinada com o a garantia constitucional da efetividade da tutela jurisdicional, a LIA prevê, em seus artigos 7º, 16 e 20, as chamadas medidas cautelares, quais sejam: a indisponibilidade de bens, sequestro e afastamento do cargo/emprego/função.

A finalidade do ato é tão somente resguardar direitos ou evitar danos que possam suceder, durante o processo, antes do julgamento do mérito da causa, colocando em risco o seu próprio resultado útil.

Dispõe a Lei de Improbidade Administrativa:

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Destarte, a hipótese não configura sanção, mas tão somente uma medida cautelar que busca assegurar a eficácia do processo principal, no qual



poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 12 da LIA.

Sobre isso, já se manifestou o STJ - a indisponibilidade patrimonial prevista no art. 7º, parágrafo único, da Lei nº. 8.429/92 não constitui pena acessória. Seu escopo é perpetuar a existência de bens que asseguram o integral ressarcimento do dano. Inegável, assim, seu caráter preventivo. (REsp 139.187-DF, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 24/2/2000).

Ademais, o STJ no REsp nº 1.366.721, julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, enquadrando a indisponibilidade na ação de improbidade como tutela cautelar de evidência, dispensando o "perigo da demora" como elemento necessário para concessão da medida, satisfazendo-se com a demonstração da probabilidade do direito que se busca acautelar, ou seja, sendo tutela de evidência, a demonstração de dilapidação patrimonial é despicienda para a sua concessão.

No caso em tela, verifico que o requerido está sujeito às penas do artigo 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92: (...) III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Há fortes indícios evidenciadores da prática de atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública por parte do requerido, atual prefeito de Bandeirantes/MS. Portanto, dessome-se que a decretação da indisponibilidade dos bens do réu, em quantidade suficiente para assegurar o eventual ressarcimento do dano ao erário e o pagamento da multa civil, é medida que se impõe.

Por estes motivos, com fundamento no artigo 37, §4º, da CF, artigos 7º e 20, parágrafo único da Lei nº 8.429/1992, **defiro** o pedido formulado em sede liminar no sentido de **decretar a indisponibilidade de bens imóveis do réu Álvaro Nackle Urt, até o limite do valor dado à causa, qual seja, R\$ 74.175,00 (setenta e quatro mil, cento e setenta e cinco reais).**

Por conseguinte, determino seja expedido ofício ao Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, informando a medida ora concedida, bem como determinando a averbação, à margem das matrículas n.º 16659 e 2775 registradas em nome do requerido, a existência da presente ação, bem como a impossibilidade de transferência, a qualquer título, ou mesmo a oneração destes bens, até nova



determinação judicial, incluindo-se, outrossim, as informações no cadastro respectivo (CNIB).

3) A petição inicial encontra-se em ordem, estando acompanhada de documentos que demonstram a existência de indícios do ato de improbidade administrativa.

4) Portanto, notifique-se o réu para oferecer manifestação por escrito, em quinze dias, a qual poderá ser instruída com documentos e justificações (Lei 8.429/92, art. 17, §6º e §7º), deprecando-se os atos necessários.

5) Após, com a resposta, ou decorrido o prazo, retornem os autos à conclusão para juízo de admissibilidade da demanda proposta e, se for o caso, intimação do Município de Bandeirantes/MS para que intervenha no feito (Lei 8.429/92, art. 17, §3º e §8º).

6) Ciência ao Ministério Público. Intime-se o requerido também sobre a presente decisão.

Publique-se.

Bandeirantes, data da assinatura digital.

Daniel Foletto Geller  
Juiz de Direito  
(assinado por certificação digital)

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIEL FOLETTTO GELLER. Liberado nos autos digitais por MJ504, em 21/10/2020 às 17:51:57. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo 0900013-88.2020.8.12.0025 e o código 75EC07D.*